

Exma. Sr.^a Chefe de Gabinete do Presidente da Assembleia da República

Junto envio nota relativa à admissão da presente iniciativa legislativa, para efeitos de despacho pelo Sr. Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do RAR.

Forma da iniciativa	Projeto de Lei
Nº da iniciativa/LEG/sessão:	325/XIII/2.^a
Proponente/s:	19 Deputados do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.
Assunto:	Prolonga por dez anos o período transitório no Novo Regime do Arrendamento Urbano para salvaguarda dos arrendatários com rendimento anual bruto corrigido inferior a cinco retribuições mínimas nacionais anuais, para os arrendatários com mais de 65 anos, para os arrendatários com mais de 65 anos, para os arrendatários com deficiência com mais de 60% de incapacidade e para lojas e entidades com interesse histórico e cultural.
Audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas nos termos do artigo 142.º do Regimento, para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição:	A matéria não parece justificar a audição.
Comissão/ões competente/s em razão da matéria:	Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação (11.^a) , com conexão à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (1. ^a).
A apresentação desta iniciativa cumpre os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República.	

O assessor parlamentar,

Luís Martins
(Ext. 11385)

Divisão de Apoio ao Plenário

Data: 17/10/2016